

# ***A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE E A ATIVIDADE DA MAGISTRATURA***

José Paulo Baltazar Junior  
Juiz Federal

Um primeiro e evidente ponto de contato entre a atividade da magistratura e a Pedagogia da Autonomia, título de importante obra do educador Paulo Freire, reside no caráter essencialmente *humano* da prática judiciária. O Poder Judiciário existe para resolver conflitos interpessoais, tanto é que se diz haver direito onde houver sociedade. A atividade judicial ocorre, então, em intenso contato com as pessoas que lá vão buscar seus direitos, assim como o ato de ensinar se dá em contato com o educando. Substitua-se, no raciocínio, a figura do professor pela do juiz e a do educando pela do jurisdicionado e o discurso de Paulo Freire passa a ter grande relevância para a atuação do juiz.

Não raro, porém, o juiz, dessensibilizado pelo cotidiano e pela quantidade de trabalho, passa a ver nos processos que lhe passam pelas mãos apenas um amontoado de papel, olvidando-se das vidas, das pessoas que estão por detrás da papelada. Quer dizer, assim como o professor burocrático vê no aluno mero repositório do conhecimento a ser transmitido, o juiz burocrático vê no jurisdicionado simples destinatário do comando concretizado pelo Judiciário. Ao contrário, a visão do aluno como sujeito atuante do processo de ensino lembra o juiz humano, atento às peculiaridades do caso concreto, preocupado com o drama pessoal representado pelo papelório, consciente dos efeitos devastadores que poderá ter sua decisão sobre a vida dos envolvidos.

Paulo Freire, apesar de criticar o dogmatismo e o cientificismo, como visão acrítica das teorias dominantes, tem profundo respeito pela técnica, ao afirmar que ensinar exige rigor metódico e pesquisa, além de competência profissional e segurança. Seria como o juiz passar a julgar em total desatenção às leis, unicamente de acordo com o seu conceito subjetivo de justiça. É certo que as leis devem ser interpretadas de modo humano e crítico, consentâneo com o tempo em que aplicadas e levando em conta as peculiaridades locais e do fato para que não se chegue a uma injustiça. Isso não significa, porém, possa o juiz simplesmente ignorar todo o esforço daqueles que lhe antecederam na tentativa de solucionar problemas que muitas vezes se repetem. Ou seja, não se pode desprezar toda a experiência histórica, a tradição, todo o avanço da ciência jurídica em nome de uma noção individual de justiça, certamente comprometida pela ideologia do próprio julgador. Não se admite, tampouco, um juiz que não decida, que não transmita aos cidadãos a segurança de quem está preparado para o exercício de seu mister. Quer dizer, o conhecimento da dogmática, a segurança e a competência profissional, temperadas pela visão crítica, são essenciais para o bom juiz.

Ao afirmar o respeito ao *saber de experiência vivida* trazido pelo educando, a necessidade de saber escutar e a disponibilidade para o diálogo, Paulo Freire faz lembrar que o juiz deve estar atento ao que partes, testemunhas e outros conhecedores da realidade concreta poderão trazer como subsídio para alcançar a melhor solução. A postura crítica lembra, também, que o **juiz** deve levar em consideração a experiência concreta da sociedade para a resolução de problemas, inclusive porque as leis e a jurisprudência não são as únicas fontes do direito, no qual exerce importantíssimo papel o costume, entendido como o conjunto das práticas reiteradamente adotadas pelos cidadãos. Cabe ao juiz, então, buscar conhecer o modo como os problemas são resolvidos entre os cidadãos, informando a análise com seus conhecimentos técnicos.

Além do respeito ao saber que vem dos demais atores do processo, indispensável ao juiz a abertura para a *apreensão da realidade*, tanto na acepção de conhecer a sociedade em que vive quanto na busca da verdade em relação aos fatos do processo, pressuposto indeclinável para um bom julgamento.

Demais disso, para poder enxergar o jurisdicionado, o advogado, os membros do Ministério Público e os servidores como verdadeiros colaboradores, é essencial ao juiz a humildade de não se ver como titular absoluto da verdade ou do conhecimento; a consciência de não alcançar jamais a condição de juiz *pronto* a enfrentar qualquer problema sem hesitação ou ajuda, apesar da solidão do ato de julgar em si, juizes, pelo poder que lhes é concedido, podem adquirir, em certos momentos, um ar ou atitude de superioridade ou arrogância, males a ser combatidos, pois o ato de julgar dever ser temperado pelo amor ao próximo e pela tolerância. O processo de formação e aperfeiçoamento técnico e moral devem ser, portanto, exercício constante.

Tanto o sistema de ensino quanto o judicial são vistos como aparelhos ideológicos, de modo que o juiz não pode negar a ideologia que subjaz ao Direito que aplica. Bem por isso, deverá atentar para que as condicionantes ideológicas não influam de modo a perverter a justiça do julgamento.

A *ética* é ponto fundamental para o juiz, assim como é para o professor, já que este deve orientar sua atuação na busca do valor da Justiça.

Um outro ponto de contato está em que professor e juiz ocupam posição de coordenação em suas respectivas áreas. O professor frente aos educandos e o juiz diante dos jurisdicionados, ocupam posição de autoridade. Ao tratar da diferença entre *autoritarismo* e *autoridade*, e da necessidade desta, Paulo Freire dá outra útil lição à prática do juiz, especialmente porque é grande a autoridade concedida ao juiz, a qual pode afetar, de modo cogente, até mesmo a liberdade e a propriedade dos cidadãos. A isso está ligada

a circunstância de servirem, professor e juiz, como exemplo para grande número de pessoas, de modo que não apenas seu discurso, mas também a sua prática deve ser guiada pela ética.

Assim como o ato de ensinar, o ato de julgar é uma intervenção no mundo. Assim como o professor, o juiz precisa ter a consciência de que não vai modificar completamente a realidade mas não pode, por isso, perder a esperança e a convicção de que a mudança é possível, ainda que difícil e limitada.

A abordagem aberta e humanista de Paulo Freire faz com que suas lições possam ser de grande valia não apenas para a pedagogia, mas também para o exercício da

magistratura, sendo possível encontrar mais pontos de contato que de discrepância entre a pedagogia crítica e o exercício da magistratura, ciência e serviço que requerem, mais do que tudo, humanidade.